

ESTADO DE SÃO PAULO *Posições cada dia mais duras*

Dívida Ext

Nos últimos dias se tem notado um endurecimento de posições no tocante à questão da dívida externa brasileira. Primeiro foi o subsecretário do Tesouro norte-americano quem jogou o peso de sua função — e a maioria dos votos dos Estados Unidos no FMI — para levar o Brasil a acertar desde já suas contas com os bancos privados. Depois foi a vez do diretor-gerente do FMI insistir diplomaticamente na mesma tese, estabelecendo como condição para a apreciação da carta de intenção e do pedido de crédito stand by pelo Brasil o início de negociações sérias e honestamente indicativas da possibilidade de acordo entre credores e devedor. Em seguida coube ao Grupo dos Sete (os governos que controlam a economia mundial) fazer ver ao Brasil que era necessário negociar com os bancos privados. A rodada da parte de lá se encerrou com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos insistindo na mesma tecla.

O governo brasileiro a tudo reage com o sorriso da ministra Zélia Cardoso de Mello, que no entanto é capaz, falando perante o Grupo dos Sete, de retomar com dureza teses defendidas por certos grupos políticos anos atrás. Para a ministra, o FMI e o Banco Mundial deveriam cuidar

mais de questões de longo prazo — especialmente agora que a crise no Golfo ameaça o crescimento econômico dos países em desenvolvimento — que “servir de auditores das políticas domésticas de países devedores”. A essa retomada da tese, segundo a qual o FMI e o Bird são “auditores de políticas domésticas”, seguiu-se outra recaída política, se assim se pode dizer, que foi acusar os governos dos países industrializados (sem indicar nenhum deles) de nada fazer para mudar “a visão curta de alguns segmentos da comunidade bancária”. Em poucas palavras, a ministra da Economia do Brasil deixou claro que o FMI e o Banco Mundial não se devem intrometer na política de renegociação da dívida nem na maneira pela qual cada governo considera possível pagar o que deve. E mais, não se devem deixar levar pelas pressões dos bancos privados. Recado mais claro não poderia ter sido dado.

A bem dizer as coisas, o que se tem sentido é que a pressão sobre o Brasil tem aumentado porque as dificuldades dos bancos norte-americanos crescem dia a dia. Ora, é a consciência de ter um poder “negativo” sobre os bancos (o Brasil negocia em posição de força na medida em que

os bancos credores vão mal) que anima a delegação brasileira incumbida de negociar a dívida externa a partir possivelmente de 10 de outubro. A entrevista do embaixador Jorio Dauster que o *Jornal da Tarde* publicou ontem é límpida a esse respeito: o Brasil entrou em concordata e não se preocupa em pagar os atrasados referentes ao período anterior a 1983 (em 1982, cabe lembrar, o Brasil “quebrou”, juntamente com todos os demais países devedores em desenvolvimento). Os pagamentos relativos ao período pós-83 estão em dia apenas no que se refere aos débitos com instituições multilaterais ou governos. Os juros devidos aos bancos privados que vencerem daqui para a frente serão pagos com o que se puder acumular num fundo especial, de valor até agora desconhecido.

O que se vê, portanto, é que enquanto o Tesouro norte-americano e o próprio FMI dão sinais de impaciência, os negociadores brasileiros demonstram calma, além de colocar como condição sine qua non para um acordo que os bancos concordem em modificar as condições de pagamento subscritas no passado — aceitando sua co-responsabilidade na “porcaria”, como disse o

embaixador Dauster, referindo-se ao fato de os governos brasileiros de então e os bancos terem assinado papéis que todos sabiam não ter nenhuma validade.

Os bancos norte-americanos por diversas razões, entre as quais as dívidas do Terceiro Mundo, estão em situação difícil; por seu lado, o governo brasileiro julga possível evitar entrar num beco sem saída, usando seu poder negativo na barganha. Assim, as negociações de outubro prometem ser longas, duras e com certeza determinantes dos rumos que tomará a política do presidente Collor de Mello de inserção do Brasil no Primeiro Mundo.

Ainda que todos os argumentos brasileiros sejam ponderáveis e a visão do “poder negativo” seja correta, cabe perguntar a que Mundo se filiará o Brasil (agora que o Segundo — o socialista — acabou e o Terceiro foi repudiado por não ser parceiro válido para o Brasil Novo) se porventura os bancos (auxiliados pelo Tesouro norte-americano) puderem superar a crise e o governo dos Estados Unidos contentar-se em ter como bons aliados comerciais no Continente o Canadá, o México e o Chile, agora as Antilhas...